

A FERAESP MANTÉM CANAL ABERTO AOS EMPREGADOS ASSALARIADOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E SINDICATOS. VIU OU VIVÊNCIOU ALGUMA IRREGULARIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO ?

DENUNCIE EM NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO: (18) 3325 - 1796
FERAESP@FERAESP.ORG.BR

WHATSAPP: (14) 99873-9557 OU EM SEU SINDICATO.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).



DESTAQUE

RENDA MÉDIA DOS TRABALHADORES CRESCE - PG. 4



INFLAÇÃO

MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO DE 2024
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 3,71%

IPCA: 4,24%



Acidentes de trabalho no agronegócio paulista



Nos primeiros meses do ano de 2024, houve várias notícias veiculadas pela mídia de acidentes de trabalho no meio rural, especialmente de São Paulo, a exemplo dos dois trabalhadores que morreram tentando apagar um fogo de um canavial em Urupês/SP, no dia 23/08.

Desta forma, a FERAESP, através do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, que organiza a incidência de acidentes, a través do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fez um levantamento dos acidentes de trabalho no meio rural paulista entre 2012 e 2022, período disponibilizado pelo Observatório.

SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.

Número de mortes, por ocupação, no agronegócio paulista entre 2012 e 2022

Neste período, foram detectadas mais de 90 mortes de empregados rurais. Dentre esses falecimentos, as ocupações mais recorrentes foram:

trabalhador agropecuário geral, com 16,30% (22 pessoas);

tratorista agrícola, com 16,30% (22 pessoas);

motorista de caminhão, com 14,10% (19 pessoas);

trabalhador volante da agricultura, com 8,89% (12 pessoas);

trabalhador em árvores frutíferas (basicamente laranja), com 7,41% (10 pessoas);

trabalhador na cultura de cana, com 5,19% (7 pessoas).



Principais grupos de agentes causadores de acidentes, com e sem mortes, entre 2012 e 2022 no agronegócio paulista

Foram:

Maquinas e equipamentos, foi responsável por 18,80% (6.879 mil pessoas);

agentes biológicos por 14,30% (5.224 mil pessoas);

ferramentas manuais por 14,30% (5.209 mil pessoas);

queda do mesmo nível por 13,20% (4.827 mil pessoas);

queda de altura por 12,50% (4.578 mil pessoas);

veículo de transporte por 10% (3.655 mil pessoas);

agente químico por 6,70% (2.445 mil pessoas).



Principais agentes causadores de mortes na agropecuária paulista entre 2012 e 2022

os principais agentes causadores de mortes entre 2012 e 2022 no agronegócio paulista, foram:

Veículo de transporte, foi responsável por 42,40% (84 pessoas) das mortes;

maquinas e equipamentos por 21,20% (42 pessoas);

agente biológico por 8,59% (17 pessoas);

queda do mesmo nível por 5,56% (11 pessoas);

queda de altura e Choque elétrico por 4,04% cada (16 pessoas no total);

incêndio por 3,03% (6 pessoas) e agentes químico por 2,53% (5 pessoas).



Outubro Rosa

Mês de Conscientização
Sobre o Câncer de Mama



Reforma trabalhista (2017) é reconhecida como precarizante após 7 anos



Os ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro

A reforma trabalhista de 2017, feita sob fundamentos de modernizar as relações de trabalho e criar seis milhões de empregos, trouxe importantes alterações no mundo do trabalho, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, reduzindo, neste particular, parâmetros protetivos em relação à saúde e segurança dos trabalhadores. Vários foram os aspectos da reforma com impactos no mundo do trabalho.

A verdade é que a reforma trabalhista de 2017 não beneficiou os trabalhadores, mas os empregadores, como se reconhece depois de sete anos. Concluiu pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV-Ibre) que a maioria das vagas criadas desde a reforma trabalhista de 2017 foram precárias. Entre julho de 2017 e junho deste ano, os autônomos passaram de 21,7 milhões para 25,4 milhões, crescimento de 17%. “A saída de crise foram essas pessoas que migraram para a informalidade por alguma necessidade, não por desejo”, diz Rodolpho Tobler, pesquisador da FGV/Ibre, responsável pelo levantamento. “Esses autônomos com renda mais baixa preferem ter carteira assinada e benefícios sociais, o que o terceirizado não tem.”

As empresas se beneficiaram porque “ao enfraquecer sindicatos, limitar o acesso à Justiça e permitir que os empregadores negociem sem os sindicatos, a reforma desequilibrou as forças e aprofundou a desorganização do mercado de trabalho”, diz o professor de economia da Unicamp José Dari Krein, doutor em economia social do trabalho. “Em um mercado mais vulnerável, crescem os contratos de tempo parcial e o trabalho por conta própria.”

A piora das vagas com CLT também empurrou mais gente para a informalidade. “Uma parte das pessoas vai trabalhar por conta porque os empregos com carteira pagam mal e a reforma ainda flexibilizou os direitos oferecidos por ela”, diz o professor José Dari Krein. São exemplos precarizantes trazidos pela reforma trabalhista de 2017, entre outros:

- a) o negociado sobre o legislado;*
- b) o trabalho de grávidas e lactantes em ambientes insalubres;*
- c) a redução do intervalo para refeição e descanso;*
- d) as jornadas de 12 horas seguidas por 36 horas de descanso;*
- e) a prestação de serviços a terceiros e o teletrabalho;*
- f) a higienização dos uniformes de trabalho;*
- g) a extinção da contribuição sindical sem qualquer outra forma de substituição do custeio das atividades sindicais.*

Cortes, desemprego e recessão

No pós-reforma a população brasileira sentiu importantes cortes em investimentos em programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e o Programa Universidade para Todos (ProUni), assombrando também a população brasileira o crescimento da fome no país, além da aprovação de um teto para investimentos públicos por 20 anos, o que gerou, nos dois anos pós-reforma, queda de 3,1% nos investimentos do governo federal em saúde e educação.

Como sabido, houve mesmo período conturbado depois da reforma trabalhista de 2017, com o desemprego nas alturas, a consolidação da precarização do trabalho, inclusive com aumento dos “empregos intermitentes” e a economia, que permaneceu em recessão.

Os sindicatos, sem custeio para suas atividades, enfraqueceram-se de vez nas negociações coletivas, inclusive diante do negociado sobre o legislado, cujo objetivo não foi adicionar melhores condições de trabalho, como sempre ocorreu, mas, retirar e diminuir direitos conquistados ao longo dos anos.

O desemprego passou de 11,2% em maio de 2016 para 13,1% em abril de 2018, chegando a 11,7% no trimestre fechado em outubro de 2018, atingindo 12,8 milhões de brasileiros desempregados em dezembro de 2018.

Lição

A queda do desemprego de 12,8% para 6,9% – A taxa de desemprego caiu para 6,9% no segundo trimestre de 2024, conforme apontam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – acesso em 16/09/2024) somente ocorreu após a implementação de investimentos públicos, políticas de inclusão social, redistribuição de renda e estímulos ao consumo, embora, incrivelmente ainda há quem atribua a retomada de empregos no Brasil de hoje à reforma trabalhista de 2017, como o fez de forma inacreditável editorial do jornal O Globo, de 15/9/2024.

Mais uma vez, portanto, fica a lição: não é com lei retirando e diminuindo direitos trabalhistas que se aquece a economia e cria empregos. O aumento de empregos depende mesmo é do crescimento da economia com investimentos, políticas públicas e aumento do consumo das famílias, inclusive de baixa renda.

Para Rodolfo Margato, vice-presidente de pesquisa econômica da XP Investimentos, o mercado de trabalho aquecido – com desemprego em baixa e renda em alta – é o principal motivo por trás do bom desempenho do setor de serviços e do consumo das famílias no segundo trimestre.

*Por Raimundo Simão Melo, consultor jurídico, advogado, procurador Regional do Trabalho aposentado, doutor e mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP, professor titular do Centro Universitário UDF e membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, autor do livro *Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador*, entre outros.

Texto publicado originalmente pelo portal Conjur

Fonte: CSB

Renda média dos trabalhadores cresce 5,1% em um ano



O rendimento médio dos trabalhadores brasileiros atingiu o valor de R\$ 3.228 no trimestre encerrado em agosto, um aumento de 0,6% na comparação e de 5,1% em um ano. A massa total de rendimento real dos trabalhadores somou R\$ 326,2 bilhões no último trimestre, o maior volume já registrado desde que a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) teve início em 2012.

O crescimento da massa de rendimento foi de 1,7% em relação ao trimestre anterior e de 8,3% na comparação com o ano anterior, o que equivale a R\$ 24,9 bilhões a mais.

O aumento da massa salarial é resultado também de um número recorde na população ocupada no país. Em agosto deste ano, o total de pessoas empregadas chegou a 102,5 milhões.

“Essa população ocupada é crescente. E, embora o rendimento não tenha tido um crescimento estatisticamente significativo, a variação dele foi positiva, em 0,6%. De forma, que, quando se soma o rendimento de todos os trabalhadores, essa massa de rendimento segue crescente”, afirma a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy.

Emprego em alta

O nível de ocupação da população, que mostra o percentual de trabalhadores em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar, subiu para 58,1%, aproximando-se do patamar recorde de 58,5%, registrado em 2013.

“A população ocupada está crescendo a uma taxa maior o que a população em idade de trabalhar. Isso denota o mercado de trabalho aquecido, ou seja, geração de trabalho no nível suficiente para dar conta do crescimento da própria população”, explica a pesquisadora.

No trimestre encerrado em agosto deste ano, também foi observada o menor contingente de população desempregada (ou seja, aquela que está em busca de emprego mas ainda não conseguiu) desde janeiro de 2015, marcando 6,6 % em agosto, segundo o IBGE.

Tanto o crescimento da população ocupada quanto a queda da população desempregada explicam a queda da taxa de desemprego, que chegou a 6,6% em agosto, segundo o IBGE.

Foram criados 232.513 postos de trabalho com carteira assinada no mês de agosto e 1,7 milhão no ano.

Das dez atividades econômicas pesquisadas pelo IBGE, sete apresentaram alta na geração de postos de trabalho na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2023: indústria (4,2%), comércio (2,6%), construção (5,2%), transporte e armazenamento (6%), informação e comunicação (5,7%), administração pública, saúde e educação (3,4%) e outros serviços (5,6%). Apenas agricultura teve perda (-4,2%).

Ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena ressaltou que a boa notícia é que “não só os cinco grandes grupos econômicos, mas as 27 unidades federativas apontaram crescimentos importantes”.

Informalidade

Por outro lado, o número de trabalhadores informais no país também atingiu um volume recorde no trimestre encerrado em agosto deste ano: 39,83 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 1,8% em relação ao trimestre anterior.

Fonte: CSB